

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FERNANDA ALMEIDA OLIVEIRA

**ALIANÇA DO PACÍFICO: REGIONALISMO ABERTO OU
ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA?**

**DOURADOS
2014**

FERNANDA ALMEIDA OLIVEIRA

ALIANÇA DO PACIFICO: REGIONALISMO ABERTO OU ESTRATÉGIA
GEOPOLÍTICA?

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado para a obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Universidade Federal da Grande Dourados

Orientador Prof. Dr. Tomaz Espósito Neto.

DOURADOS
2014

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise sobre a Aliança do Pacífico (AP), processo de Integração Regional criado em 2011, cujos membros são México, Colômbia, Peru e Chile. Esse bloco econômico é a mais recente iniciativa de integração da América Latina, envolvendo dois dos quatro países que mais crescem atualmente segundo relatórios do Banco Mundial (Banco Mundial. 2014), quanto pela preponderância das relações comerciais com a região Ásia-pacífico. Apresentam-se ao longo do trabalho as origens, políticas adotadas, estrutura institucional e preponderância regional do bloco, a fim de enquadrar o processo como uma iniciativa de regionalismo aberto e estratégia Geopolítica.

Palavras-chave: Aliança do pacífico, integração regional, regionalismo aberto, estratégia geopolítica.

ABSTRACT

The present essay addresses a new economic block, Pacific Alliance. It does a general layout of the integration process between Mexico, Peru, Chile and Colombia created in 2011. The analysis is extremely important because it involves prominent actors of Latin America and a great commercial partner such as Asia. This analysis presents the regional integration process, its structured institution and some characteristics these actors have in order to verify this process as a case of open regionalism and a geopolitical strategy at the same time.

Key-words: Pacific alliance, regional integration, open regionalism, geopolitical strategy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPITULO 1. ALIANÇA DO PACÍFICO: SUAS ORIGENS, SEUS MEMBROS E A SUA ESTRUTURA.	10
1.1 Informações gerais sobre os membros da Aliança do pacifico	10
1.2 Estrutura Institucional e avanço nos processos de Integração	11
CAPÍTULO 2. REGIONALISMO ABERTO OU ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA?	18
2.1 A conjuntura motivacional e o novo posicionamento	19
2.2 Regionalismo Aberto e uma alternativa estratégica para a América do Sul	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
ANEXOS	37
Anexo I - Desenho Geral dos Membros da Aliança do pacifico.	37
Anexo II - Dados Macro Econômicos dos Membros da Aliança do Pacifico.	38
Anexo III – Acordos e participação multilateral dos membros da Aliança do pacifico. 2012-2013.	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI	Associação Latino Americana de Integração
ACR	Acordo regional de Comercio.
CAN	Comunidade Andina das Nações
CARC	Comitê de Acordos Regionais de Comércio
CEAP	Conselho Empresarial da Aliança do Pacífico
AP	Aliança do Pacífico.
BID	Banco interamericano de Desenvolvimento.
CEPAL	Comissão econômica para America Latina e o Caribe.
FOCEM	Fundo para a convergência estrutural do MERCOSUL.
GAN	Grupo de Alto Nível
IED	Investimento Internacional direto.
MERCOSUL	Mercado comum do Sul.
OMC	Organização mundial do comercio.
OPS	Organização pan-americana de Saúde
PIB	Produto Interno Bruto

INTRODUÇÃO

Desde a metade do século XX os processos de Integração regional¹ se proliferaram em todo o mundo. Na América Latina, não foi diferente. Processos como Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a Comunidade Andina de Nações (CAN), o MERCOSUL e a UNASUL entraram em vigor a luz desta tendência integracionista, moldados principalmente pelos princípios da CEPAL.

O processo de Integração mais recente na região é a Aliança do Pacífico (AP). Acordo conformado em 2011 entre os presidentes do Chile, Colômbia, México e Peru. O objetivo central desse trabalho é analisar a Aliança do Pacífico (AP). Com isso, pretende-se identificar as suas origens, seus objetivos e a sua estrutura. Ademais, a partir dos dados apresentados e da conjuntura política na região, procura-se verificar se o processo de Integração pode ser caracterizado como regionalismo aberto² e/ou uma estratégia geopolítica³.

¹ O processo de integração é aquele em que os Estados, em comum acordo, abdicam de parte de sua soberania para uma nova formação política soberana ou instituição de igual importância adotam políticas condescendentes com tal soberania. A definição de integração econômica foi proposta por Balassa (1973) como um processo e uma situação. Como processo, implica medidas destinadas à abolição de discriminações entre unidades econômicas de diferentes Estados; como *situação*, pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais BALASSA, B. Teoria da integração econômica. Lisboa: *Livraria Clássica*.1973.

² O conceito de regionalismo surgiu nos anos 50, com a primeira onda integracionista na América do Sul e o modelo de substituição de importações de Raul Prebisch. Este modelo consistia em uma estratégia protecionista a fim de fortalecer as recém-criadas indústrias de bens antes importados (bens de consumo duráveis). Porém, grandes partes dos processos que seguiam este padrão fracassaram até os anos 60. O termo regionalismo aberto fora elaborado no decorrer da década de 90, definido pela CEPAL (1994) como “(...) um processo de crescente interdependência no nível regional, promovida por acordos preferenciais de integração e por outras políticas, num contexto de liberalização e desregulação capaz de fortalecer a competitividade dos países da região e, na medida do possível, constituir a formação de blocos para uma economia internacional mais aberta e transparente” BIELSCHOWSKY, R. Evolución de las ideas de la CEPAL. *Revista de La Cepal*. Santiago de Chile, n. especial, p. 1-45, outubro 1998. Segundo Alessandra Cavalcante, esta nova onda de regionalismo visa instaurar uma economia internacional mais aberta e transparente através dos processos de integração, otimizando o comércio internacional e as antigas travas comerciais. (OLIVEIRA, 2014, P. 16). Mais especificamente, trabalharemos com o conceito de integração regional apresentado pela Cepal, inicialmente pautados no modelo de substituição de importações compostos pela Cepal, mas não estritamente por características protecionistas. (BRAGA, 2011). No que tange o Sistema multilateral de comércio sustentado pela OMC (Organização Mundial do Comércio, prescreve em Fevereiro de 1996, o Comitê de Acordos Regionais de Comércio (CARC), define acordo regional de comércio (ACR) em termos: “*todo acordo bilateral, regional ou plurilateral de natureza preferencial*”).

E ainda, e um Estado-membro que faz parte de algum ACR, pode ser isento da cláusula da nação mais favorecida. O Art. XXIV do GATT/94 estabelece as regras sobre existência e compatibilidade dos ACRs com as regras de liberalização comercial preconizadas com a OMC. E ainda, categorias reconhecidas pela OMC como ACRs:

União aduaneiras (remover barreiras comerciais e adotar tarifa externa comum em relação a terceiros países); Áreas de livre comércio (remover barreiras comerciais, mais autonomia das partes do acordo para estabelecer tarifas diferenciadas em relação a países terceiros); e Acordos de transição rumo à integração. Para que os ACRs sejam considerados compatíveis com o GATT/94, devem-se observar os requisitos do parágrafo 5º do Art. XXIV, à saber. Após o estabelecimento de um ACR, não

Neste texto, trabalha-se com a seguinte hipótese: (i) As origens da Aliança do Pacífico se remetem a uma resposta a nova conjuntura econômica internacional e a necessidade de um novo posicionamento dos membros; (ii) os objetivos principais da Aliança do Pacífico estão relacionadas a questões econômico-comerciais e a busca de uma penetração político-econômica com o mercado do Pacífico, em especial com os países asiáticos. A opção liberal, isto é com a ênfase pró-mercado, influenciou na construção da estrutura institucional do bloco, qual é flexível e com poucas instâncias burocráticas. Além disso, (iii) suas características institucionais e geopolíticas conferem capacidade de interferência na atual conjuntura regional. Assim, (iv) a Aliança do Pacífico pode ser caracterizada, ao mesmo tempo, como um processo de “Regionalismo Aberto” e uma “estratégia geopolítica”.

O marco teórico escolhido neste trabalho foi o Neo-institucionalismo. Esta teoria fora desenvolvida em resposta as debilidades das teorias funcionalistas e neofuncionalista. Seu acadêmico mais proeminente é Robert Keohane. Segundo a teoria em questão, as instituições internacionais tem papel essencial na dinâmica política econômica do Sistema Internacional e é através destas que são ajustadas as problemáticas entre os países e se remodela suas estruturas. *Este aparato institucional serve primeiramente aos interesses dos estados que a criam e por fim, se utilizam de uma ação coletiva consensual limitada para tal.* (Keohane; Nye, 2001).

Para Axelrod e Keohane, o Institucionalismo ou teoria institucionalista, indica o estado como ator principal do sistema político Internacional. Estes se comportariam de acordo com seus próprios interesses, no entanto, as instituições Internacionais, no caso de nossa análise, acordos de integração, poderiam remodelar esta percepção de interesses, neste sentido, o processo de Integração regional, segundo o institucionalismo, resulta da interação racional e constante dos atores envolvidos. (SARAFATI, 2007, p. 190)

pode haver situação mais restritiva em termos tarifários e/ou de regras de comércio, para os Estados-Membros do GATT que não fazem parte do ACR em questão, Deve ser incluído, em caso de acordo de transição, um cronograma para formação de união aduaneira ou área de livre comércio dentro um prazo razoável, entendido como, no máximo, 10 anos. PRAZERES, Tatiana Lacerda. Sistema multilateral de comercio e integração regional. Universidade de Brasília, 2007. & CARDEIRA, Pablo de Camargo. OMC e Integração regional. Espaço acadêmico FVG. Disponível em: <http://academico.direitorio.fgv.br/wiki/OMC_e_Integra%C3%A7%C3%A3o_Regional> Acesso: 23-06-2014.

³ Raul François Martins após análise dos conceitos de Geopolítica e geoestratégia, define nosso objeto analítico como atenção aos fatores sociais, econômicos, políticos estratégico e militares, associados a configuração de seus aspectos geográficos e a perspectiva dos atores em face de seu posicionamento, leia-se poder neste espaço. A geografia de interesse da Geopolítica não se restringiria para ele na geografia física, mas também na humana, que visa integrar todos os fatores citados de maneira analítica. Em MARTINS, Raul François em Geopolítica e geoestratégia, o que são e para que servem, *repositorium comum*, 2010.

Para esta análise fora utilizado, mais especificamente o Neoinstitucionalismo histórico⁴, que como contextualizado por Petter Hall e Rosemary Taylor, correspondem a uma das correntes do Neoinstitucionalismo. Estes autores acrescentam ao tratar dos neoinstitucionalistas históricos, duas perspectivas: a “calculadora” e “cultural”. A primeira se baseia em aspectos racionais que conformam uma estratégia institucional e a segunda considera a influencia da percepção de mundo dos atores, no que tange a tomada de decisões.

Ao longo do texto, as principais categorias analíticas utilizadas foram a perspectiva calculadora e a perspectiva cultural, a representação das relações de poder na América Latina com *open regionalism axis*⁵, “neobolivarismo”⁶ e aspectos geopolíticos⁷. Além disso, serão levadas em consideração, visões institucionalistas específicas dos processos de Integração regional da America Latina nos últimos Anos.⁸

Com relação à natureza jurídica do acordo, podemos destacar os instrumentos de *soft law*⁹. Grande parte das negociações e dos próprios acordos foi feita através deste. Para Armin

⁴ Corrente do Neoinstitucionalismo definida pela adoção de duas perspectivas “calculadora” e “cultural”, além de sua interpretação histórica de poder e concepção de desenvolvimento histórico. Em HALL, Peter A. & Taylor, Rosemary C. R. (2003) “As Três versões do neo-institucionalismo.” *Lua Nova*, vol 58.

⁵ Open Regionalism Axis, Segundo José Briceño-Ruiz, é uma das correntes de integração regional da América Latina representada pela Aliança do Pacífico em sua proposta de abertura comercial e institucionalização. Ver: RUIZ, José Briceño, Regional dynamics and external influences in the discussions about the model of economic integration in Latin America, *EUI Working papers RSCAS*, San Domenico, Itália. 2014. Retirado de: <http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/29870/RSCAS_2014_11.pdf?sequence=1>

⁶ O conceito de neobolivarismo fora sugerido por Alberto Rocha em sua análise do campo da geopolítica americana, na qual sugere o ressurgimento dos movimentos do bolivarianismo venezuelano, que visava a independência política e econômica da América latina face as intervenções imperialistas norte americanas. Reformulados a realidade neoliberal do continente, tendo representatividade nos processos recentes de Integração como é o caso do Mercosul, o neobolivarismo representa uma corrente política e econômica nos países Sul Americanos. Em A. Rocha Valencia, Neopanamericanismo y neobolivarismo a fines de siglo, Mexico, *Editora Universidad de Guadalajara*, 2002.

⁷ Para Saul Cohen existem dois aspectos da análise geopolítica que devem ser levados em consideração: a descrição do ambiente ou suportes geográficos e a relação desses termos com o poder político, a fim da percepção de unidades de interesse, que por sua vez, influem no comportamento dos atores. Em: COHEN, Sal. Geografía y política em um Mundo dividido, *Ejercito Mexico*, 1980, cap. 01.

⁸ Conceito apresentado por José Briceño-Ruiz em trabalho sobre as Dinâmicas do Sistema de Integração Regional da América do Sul. Segundo o autor, existem três eixos políticos que comandam os processos de Integração na América Latina, seriam eles: o *The MERCOSUL axis*, o *The ALBA axis* e o *Open Regionalism axis*. Respectivamente um eixo intermediário, um anti- sistêmico e outro pautado pelas ideias de regionalismo aberto e Consenso de Washington. *The Alba axis* ou, em tradução livre, eixo ALBA, representa uma alternativa anti-consenso de Washington, conceito que corrobora com a ideia de neobolivarismo supracitada. Em RUIZ, José Briceño, Regional dynamics and external influences in the discussions about the model of economic integration in Latin America, *EUI Working papers RSCAS*, 2014. Retirado de: <http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/29870/RSCAS_2014_11.pdf?sequence=1>

⁹ O início do debate doutrinário acerca do *Soft Law* ocorre em meados dos anos 70. Para Oliveira e Bertoldi (2012) “Pode-se dizer que o *soft law* começa a se destacar com o surgimento das organizações multilaterais, tanto as de natureza pública quanto privada. Embora existissem antes, foi no início do século XX que tais organizações começaram a aparecer com mais frequência no cenário internacional.”. Ele se difere do *hard Law* por ser flexível, enquanto o outro é vinculante. Os tratados seriam por instância, *hard Law* (OLIVEIRA E BERTOLDI, 2012). Caracteriza-se por *soft Law*: Quando composto por premissas vagas, imprecisas, em direito fluido, quando não gera obrigações, direito doce (*doux*), quando não gera sanção direito mole (*mol*). Estes,

Schäfer, o *soft law* é introduzido pelas organizações internacionais, em especial nos processos de integração¹⁰ devido a sua capacidade de resolução de conflitos, adaptando o instrumento jurídico a situação pelo qual este é empregado. Além disso, ainda segundo schäfer, o *soft law* permite uma solução mais rápida para controvérsias e por consequência menor burocratização do organismo.

If substantive agreements are impossible or hard to attain, non-binding procedures become an option negotiators can draw on. Soft law may in due course turn into a more solid form of cooperation and foster its own unanticipated dynamic but during negotiations its main virtue is to avoid deadlock. (SCHAFER, 2013, p. 13)

Para o melhor entendimento do leitor, além desta introdução e das considerações finais, o presente texto está dividido em dois capítulos: O primeiro versa sobre as origens do atual bloco e foi, para melhor organização dos tópicos, subdividido em duas partes: a apresentação dados relevantes sobre os membros do bloco, a posteriormente a apresentação da estrutura deste com o objetivo de fundamentar suas convergências através de um apanhado de dados sobre seu histórico de formação, decisões oficiais, estrutura, políticas econômicas, zonas de cooperação além de ações e parcerias já concretizadas; o segundo capítulo, subdividido também em duas partes, relaciona os conceitos institucionalistas e busca calcular as motivações e estruturas econômicas que moldaram os objetivos da Aliança do pacífico, posteriormente apresentaremos os fatores geopolíticos pertinentes, buscando compreender como a proposta Aliança do Pacífico, se apresenta como uma terceira via, contrastando os atuais governos progressistas da America do Sul¹¹, no que tange suas relações com o Sistema Internacional

seriam as categorias do soft Law, segundo THIBIERGE, Catherine. *Le droit souple: réflexion sur les textures du droit*. RTD Civ., 2003, p.9.

¹⁰ A análise em questão foi feita através do estudo da aplicabilidade do soft Law na União Europeia. (SHAFER, 2013)

¹¹ Governos Sul Americanos Progressistas, que visam desenvolvimento social e atuam em uma frente mais posicionada a esquerda, com baixa dependência norte americana ainda que se utilizam de pouca abertura comercial e relativo protecionismo comercial. Em : SILVA, Fabrício pereira. Até Onde vai a Onda Rosa, *Análise de conjuntura OPSA*, 2010.

CAPITULO 1. ALIANÇA DO PACÍFICO: SUAS ORIGENS, SEUS MEMBROS E A SUA ESTRUTURA.

Os processos de Integração na América Latina seguem em sua grande maioria uma estratégia específica que visa articulação Interna e autônoma. Reconhecendo um desejo comum por novas propostas que atendessem suas demandas políticas e econômicas, México, Colômbia, Chile e Peru iniciam as negociações para a conformação de um bloco que respondesse a tal conjuntura.

A Aliança do Pacífico (AP) é uma iniciativa de integração regional, conformada em 28 de abril de 2011 como área de Integração profunda mediante processo de articulação política, econômica e de cooperação pelos países citados anteriormente, a fim de, como é declarado em seu Acordo Marco:

A Construção de maneira participativa e consensual de uma área de integração profunda a fim de avançar progressivamente até a livre circulação de bens, serviços, capital e pessoas; Impulsionar um crescimento e desenvolvimento da economia de suas partes, em vista de um maior bem estar, superação de desigualdades socioeconômicas e inclusão social de sua população; Converter-se em plataforma de articulação política, de integração econômica e comercial e projeção ao mundo, em especial Asia-pacífico. (ALIANÇA DO PACIFICO, 2012).

As origens do bloco estão pautadas, nas afinidades políticas de seus membros e necessidade de representação de novo proposta integracionistas em respostas aos antigos processos de Integração já implantados e as mudanças no cenário internacional. (OLIVEIRA, 2014).

Para o melhor entendimento da proposta de articulação destes países, apresentam-se a seguir, as principais considerações sobre os mesmos.

1.1 Informações gerais sobre os membros da Aliança do pacífico

Dentro da América latina Colômbia, México, Chile e Peru possuem posição significativa no que tange as relações econômicas da região. Em síntese poderemos enfatizar sua relevância populacional, seu posicionamento geográfico estratégico, seu PIB (produto interno bruto) bem com sua projeção Internacional. (OLIVEIRA, 2014).

Como podemos observar na Figura 1- *Mapa dos Membros da Aliança do Pacífico*, o bloco não é formado única e exclusivamente por países que compartilham fronteiras, o fator regional ainda está presente, mas as convergências políticas econômicas e ideológicas exercem papel decisivo na conformação desta parceria.

Figura 1 - Mapa dos Membros da Aliança do pacífico.



Fonte: ALIANÇA DO PACIFICO, Apresentação. 2011. Disponível em: <<http://alianzapacifico.net/fotografias/#all/1/list>> Acesso: 12-11-2013.

Na região, os países citados, representam quase 50% das transações comerciais internas, bem como seu Produto Interno Bruto (PIB) correspondem a aproximadamente 45% do total da América Latina e do Caribe (Observatório América Latina- Ásia Pacífico, 2013). Em termos populacionais podemos destacar que os integrantes somam cerca de 210 milhões de habitantes, o que corresponde a cerca de 40% da população da região suas transações comerciais alcançaram a marca de US\$ 405,5 milhões¹².

Os membros do bloco possuem preponderância na região, porém, a visibilidade do acordo se dá em parte, por sua estrutura ímpar e os avanços acelerados do processo, como veremos a seguir.

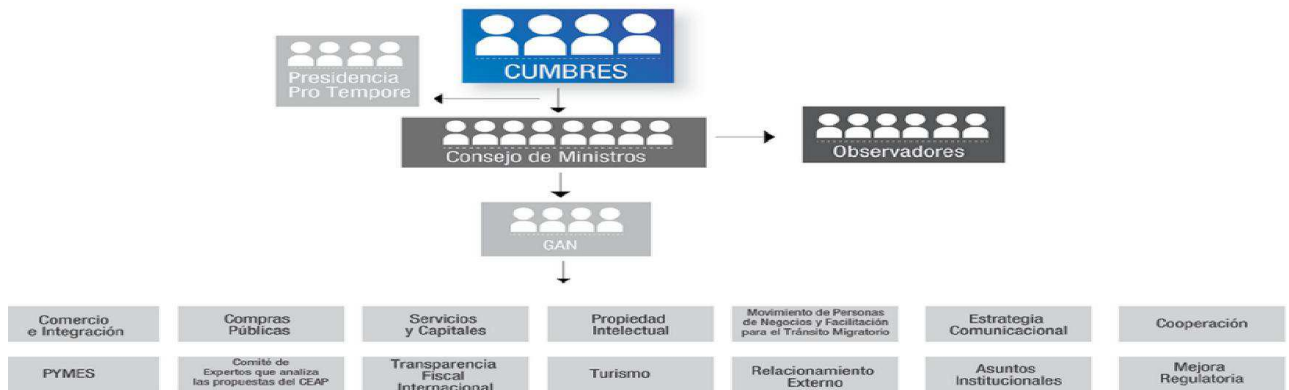
1.2 Estrutura Institucional e avanço nos processos de Integração

A fim de compreender a estrutura do bloco econômico, apresenta-se o organograma de acordo com o site oficial da Aliança do pacífico, na figura 2- *Organograma Aliança do*

¹² Segundo dados do World Bank, database- Economy and Growth- Mexico, Chile, Colômbia, Peru. Valores agregados. Retirado de: <<http://datatopics.worldbank.org/consumption/country/Mexico>> <<http://datatopics.worldbank.org/consumption/country/Colombia>> <<http://datatopics.worldbank.org/consumption/country/Chile>> <<http://datatopics.worldbank.org/consumption/country/Peru>> Acesso: 24 de junho de 2014.

pacífico. A estrutura deste novo processo de integração é pautada primeiramente por uma Presidência *pro-tempore*, que passa a ser da Colômbia, como fora acordado na sétima cúpula (ALIANÇA DO PACÍFICO, 2013²)

Figura 2 – Organograma Aliança do pacífico.



Fonte: Organograma oficial da estrutura hierárquica da Aliança do Pacífico, retirado de <http://alianzapacifico.net/que_es_la_alianza/estructura-y-organigrama/> Acesso em: 21-12-2013.

A presidência *pro tempore* será exercida anualmente e sucessivamente em ordem alfabética pelas partes. As cúpulas (*cumbres*) são reuniões dos Chefes de Estado de todos os países membro, funcionam como última instância decisórias, convocadas anualmente como descritas no Acordo Marco (2011², p. 15). As decisões tomadas pelas cúpulas exigem somente o consenso dos presidentes (signatários do acordo) como disposto no art. 5, sendo suas particularidades acertadas a cada cúpula de acordo com a vontade e especificações das partes. (ALIANÇA DO PACÍFICO, 2011²).

Subordinado a esta instância, encontra-se o Conselho de Ministros (*Consejo de Ministros*) integrando os Ministros de comércio e relações exteriores de todos os países membros, está designado a estes cumprir sanções que vão de encontro com os objetivos da AP, avaliações periódicas de resultados e aprovação de programas políticos que acentuem o processo de integração. Ao Grupo de Alto Nível (GAN), fazem parte os vice-ministros encarregados primeiramente da supervisão dos avanços feitos pelos Grupos Técnicos¹³ e estudos sobre mais estratégias ou parcerias com outras iniciativas e países que compartilham dos objetivos da Aliança.

¹³ Os grupos técnicos da Aliança do pacífico são: O grupo sobre Comércio e Integração, grupo sobre investimentos e serviços; grupo sobre movimento de pessoas, negócios e facilitação para o transito migratório; grupos sobre cooperação além de um grupo sobre assuntos institucionais.

A estrutura burocrática é enxuta¹⁴ e muitas vezes se utilizam de instrumentos de *soft law* para adequar suas decisões e resolver problemas em um curto espaço de tempo¹⁵.

Las Partes interpretarán y aplicarán las disposiciones del presente Protocolo Adicional a la luz de los objetivos, principios y demás considerandos establecidos en el Preámbulo y de conformidad con las normas aplicables del derecho internacional(...)Las decisiones del Consejo de Ministros y otros acuerdos adoptados en El ámbito de La Alianza del Pacífico, en desarrollo del presente Acuerdo Marco ser'na parte integrante del ordenamiento jurídico de La Alianza. (ALIANÇA DO PACIFICO, 2011, p. 2)

Além das disposições do Acordo marco com relação às decisões das cúpulas e suas formalidades, ao conselho de ministros, formados pelos ministros das relações exteriores e comercio exterior de todos os países, serão encarregados de qualquer resolução de controvérsia no âmbito da AP.

O conselho deve estabelecer reuniões ordinárias uma vez por ano com a possibilidade de convocações extraordinárias e as regras e procedimentos decisórios são estabelecidas por consenso, com definição previa do grupo. (Aliança do Pacífico, art.5, Acordo Marco).

Ainda, seguindo o mesmo preceito a Denúncia do acordo pode ser feita a qualquer hora, mediante apresentação formal ao Depositário¹⁶.

Atualmente a AP conta com 25 observadores, dentre eles, Alemanha, China, Reino Unido e Estados Unidos. Os países em questão compartilham dos princípios e objetivos previstos no Acordo Marco.

¹⁴ Com relação à burocracia dos acordos, a conformação das resoluções é feita somente em cúpulas assinadas em datas previstas. Instancia única de aprovação, contato direto dos grupos técnicos com sistema estatal dos países.

¹⁵ aliança do pacífico, Acordo Marco Aliança do pacífico, 2011¹. Comparado com as resoluções e conformações contidas em ALIANÇA DO PACIFICO, protocolo adicional, 2012² Disponível em: <http://alianzapacifico.net/documentos-de-interes-de-la-viii-cumbre-de-la-alianza-del-pacifico/>, Acesso: 01-20-2014.

¹⁶ No caso a presidência pro-tempore. A denúncia será efetivada em um prazo de seis (6) meses. ALIANÇA DO PACIFICO, Acordo Marco, 2011². Pág. 14.

Figura 3 – Países Observadores da Aliança do pacífico.

Fonte: Aliança do Pacífico, Membros observadores <http://alianzapacifico.net/paises/>. Acesso: 13-01-2014.

Como vemos, a gama de observadores é ampla e não se restringe a afinidades geográficas. Além disso, dois países são candidatos a membros. Panamá, desde a primeira cúpula como observador expressou sua vontade ainda na mesma reunião, o que culminou em respaldo dos países ainda em seu acordo marco (ALIANÇA DO PACÍFICO, pag. 4, 2011) e a Costa Rica, concretizada na VIII cúpula com a Declaração de Costa Rica, inicia seu processo de Adesão.

Toda a estrutura institucional da Aliança do pacífico é subordinada à suas cúpulas. Elas servem de base para as decisões e convenções adotadas pelo bloco e é conformada através de documentações oficiais.

A fim de apresentar as principais decisões tomadas neste âmbito, fora feito um apanhado cronológico e uma tabela que sintetiza as cúpulas em questão:

Tabela 1– Descrição das cúpulas da Aliança do pacífico (AP).

<i>Cúpula</i>	<i>Local</i>	<i>Data</i>	<i>Delegações</i>
I cúpula	Lima- Peru	4 /12/ 2011	Panamá
II cúpula	Mérida, México	05/12/2011	Panamá
III cúpula	Teleconferência	05/03/2012	Panamá, Costa Rica
IV cúpula	Antofagasta, Chile	07/06/2012	Panamá, Costa Rica, Canadá e Japão
V cúpula	Cádiz, Espanha	06/08/2012	Espanha, Austrália, Nova Zelândia e Uruguai*
VI cúpula	Santiago, Chile	27/01/2013	Guatemala, Republica Dominicana e Portugal*
VII cúpula	Cali, Colômbia	23/05/2013	Equador, El Salvador, França, Honduras, Paraguai*
VIII cúpula	Cartagena, Colômbia	08/02/2014	Finlândia, Índia, Israel, Marrocos, Singapura*

Fonte: Documentação fornecida pela Aliança do pacífico, relatórios e cúpulas em site oficial <<http://alianzapacifico.net/documents>> Elaborado pela autora. *Além dos países transcritos os anteriormente citados também se incluem na lista de delegações.

O processo constitutivo dos acordos é feito através das declarações acordadas em cúpulas, que são a última instância em termos decisórios. Os principais avanços serão apresentados a seguir, a fim de desenhar a constituição da proposta da Aliança do Pacífico (AP).

De acordo com a Declaração de Lima, documentação oficial disponibilizada pela Aliança do Pacífico (2011, p. 1) a primeira cúpula traça uma estratégia que visa supervisionar de maneira eficiente o processo de integração da iniciativa, serão estes:

[...] Em uma primeira etapa se priorizam os trabalhos das seguintes áreas: movimento de pessoas e negócios com facilitação do trânsito migratório incluindo a cooperação policial; comércio e integração incluindo facilitação do comércio e cooperação aduaneira; serviços e capitais [...] mecanismo de solução de controvérsias; criação de grupos técnicos. (ALIANÇA DO PACÍFICO, 2011, p. 3).

Além destas áreas de relevância estratégica, que gradualmente configuram proposta coerente com a preocupação de estabilizar politicamente as afinidades dos países para um aprofundamento comercial e elaboração de Acordo Marco.

A II e a III cúpulas tem a finalidade de ressaltar os principais anseios dos membros a fim da criação de um marco coerente. Em quatro de dezembro de 2011, instituiu-se, na segunda cúpula, a declaração de Mérida (ALIANÇA DO PACÍFICO, 2011²) nesta, se expressa à intenção de um fortalecimento não só das fragilidades internas bem como penetração do Anel Ásia Pacífico. A terceira cúpula (ALIANÇA DO PACÍFICO, 2012¹) foi realizada através de teleconferência, e teve destaque para a introdução de Costa Rica como país observador, além do estabelecimento e iniciativas de estudos para otimização de recursos energéticos entre os membros.

Em 6 de julho, foi estabelecido um Acordo Marco, homologado durante a IV cúpula, em Antofagasta, no Chile. Neste, foram estabelecidos os processos, anseios e estruturação do bloco.

Dados apresentados pela própria aliança apontam a V cúpula (ALIANÇA DO PACÍFICO, 2012³) celebrada em Cádiz na Espanha, como marco da visibilidade projeto e a abertura para mais observadores, como podemos constatar na tabela 4.

No que diz respeito ao respaldo econômico da Aliança destaca-se a criação de um fundo de investimento dos países membro. Estes contribuirão com US\$ 250 mil dólares cada um, totalizando um aporte inicial de US\$ 1 milhão. O fundo é voltado para a cooperação das ações individuais internas dos países membros (ALIANÇA DO PACÍFICO, 2012³).

A fins comparativos, podemos destacar o Fundo para Convergência estrutural do MERCOSUL (FOCEM)¹⁷. O Fundo do MERCOSUL possui aportes muito maiores que o Fundo criado pela Aliança do Pacífico, chegando a US\$75 milhões nos primeiros cinco anos de projeto (DATHEIN, 2004, p.) o que se justifica tanto pela ênfase pró-mercado da Aliança quanto pela convergência estrutural entre os seus países membros. Se o FOCEM no MERCOSUL foi criado para diminuir as diferenças entre as economias membro do bloco, a Aliança do Pacífico não necessita e nem prioriza o comércio intra-bloco.

Outro avanço é a instalação de uma embaixada compartilhada em Gana, na África, além dos escritórios comerciais em Istambul, na Turquia, e nos posteriormente em Casablanca, no Marrocos (ALIANÇA DO PACÍFICO, 2013) diversificando os parceiros através da penetração conjunta.

Dentre as resoluções apresentadas nas declarações seguintes destaca-se o avanço da iniciativa privada no âmbito técnico regulatório do Grupo da Bolsa de Valores Mexicana (BMV) e o Mercado Integrado Latino Americano (MILA). O Objetivo é a associação dos dois grupos. Já está prevista o pedido, no âmbito legal, da junção destas duas bolsas, que representarão o maior mercado de valores, em ações cadastradas na América Latina¹⁸.

Fora instituído, posteriormente, já na VIII cúpula, um protocolo adicional, que resume em um único documento os acordos e estudos dos grupos técnicos. Foram respaldados pelo protocolo adicional disposições sobre acordos em matéria de: acesso aos mercados e seus produtos; os procedimentos de regra de origem; facilitação e cooperação aduaneira, medidas sanitárias e fitossanitárias; contratação pública; integração de serviços; Investimentos e serviços financeiros; transparência e resolução de controvérsias.

De forma geral, as negociações para a conformação da liberalização comercial tem andado a passos largos. Já em sua última cúpula, fora instituída a liberalização de 92% do comércio e um prazo de 5 (cinco) anos para a total liberalização progressiva (ALIANÇA DO PACÍFICO, 2013).

¹⁷ O fundo para a convergência estrutural do MERCOSUL é um fundo destinado a financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade, aumentar a coesão social, em particular nas menores economias da região. Além de apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o processo de integração. Já em 2011, seus primeiros 11 projetos totalizaram US\$ 75 milhões. As divisas são entregues da seguinte maneira: 70% pelo Brasil, 28% pela Argentina, 2% do Uruguai e 1% pelo Paraguai. Com relação aos benefícios deste fundo, Paraguai é o principal beneficiado com projetos, sendo 48% seguido do Uruguai, que recebe 32%. Disponível em:

< <http://www.mercosur.int/focem/indexinstitucional> > Acesso: 23-06-2014.

¹⁸ Ressalva feita pela newsletter do MILA com relação a incorporação de bolsas e objetivos da instituição. Ver em: <http://www.mercadomila.com/newsletter>, Acesso: Dezembro, 2013.

A livre circulação de pessoas está em vigor, além da criação de uma plataforma de intercâmbio e bolsas estudantis, bem como incentivos e estudos para a promoção do Turismo (ALIANÇA DO PACÍFICO, 2013²)

Estabeleceu-se, desde os parâmetros do acordo marco, a criação do Conselho Empresarial da Aliança do Pacífico (CEAP). Este conta com o apoio das agências PROEXPORT¹⁹, da Colômbia, PROCHILE, PROMPERU e PROMEXICO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Instituiu-se, no âmbito da VIII cúpula da Aliança do Pacífico uma declaração que corresponde às diretrizes adotadas por este conselho.

A partir de tais demonstrativos, compreendemos a dinâmica da estrutura e avanço do processo de Integração da Aliança do Pacífico. Analisam-se a seguir quais fatores, buscando através de resoluções institucionais, fatores econômicos, questões culturais e tendências políticas a percepção dos interesses destes países, enquadrando-a nos conceitos de Regionalismo aberto e/ou estratégia geopolítica.

¹⁹ Agências de apoio à exportação respectivamente Colômbia, Chile, Peru e México.

CAPÍTULO 2. REGIONALISMO ABERTO OU ESTRATÉGIA GEOPOLÍTICA?

O processo de Integração regional, Aliança do Pacífico (AP) tem ganhado espaço devido a fatores determinantes, tanto no que diz respeito à importância política e econômica de seus membros, quanto sua estrutura e conformação aceleradas. Quais características seriam necessárias para enquadrar a AP, como iniciativa de regionalismo aberto, neste novo contexto.

As características centrais do novo regionalismo aberto seriam para Alessandra Cavalcante de Oliveira:

O foco desta nova fase, conhecida de regionalismo aberto, é tornar as indústrias existentes mais eficientes. Os Estados assumem o papel de coordenador das políticas empresariais e não mais o único responsável na implantação de políticas para o desenvolvimento. Esta função agora é dividida também com as empresas. (OLIVEIRA, 2014, p.27)

Para realizarmos uma análise mais contundente dos fatores que impulsionaram a estrutura e ações do bloco econômico devemos nos utilizar de duas perspectivas “calculadora” e “cultural”. Relacionando os dados e os conceitos de regionalismo aberto e Estratégia geopolítica.

O primeiro objeto de análise advém da perspectiva “calculadora”. Como pontuado acima, Instituições respondem a uma possível conjuntura e levam em consideração a necessidade de parceiros específicos para cooperação.

O acordo da Aliança do Pacífico (SETTI, 2013) é considerado como uma nova tentativa de regionalismo aberto. Partindo do pressuposto que este é reflexo de um contexto de liberalização que busca fortalecer economicamente a competitividade de seus membros, a Aliança será regionalismo aberto a partir do ganho competitivo, no que tange a estrutura política comercial de seus membros com esta junção.

Assim sendo, o cálculo efetuado irá considerar os seguintes fatores: (i) qual é a mudança conjuntural prevista pelos membros e, portanto, qual é o mercado foco dos países da aliança do pacífico, concomitantemente qual a resposta destes países a esta nova conjuntura (ii) Quais seriam as vantagens geográficas, logísticas, institucionais dos membros da aliança e quais características políticas e culturais conferem preponderância estratégica a este posicionamento. A análise a seguir, versa sobre estes fatores.

2.1 A conjuntura motivacional e o novo posicionamento

Segundo marco constitutivo da Aliança do pacífico, na declaração de Lima:

[...] Impulsionar um maior crescimento, desenvolvimento e competitividade das economias de seus países [...]. Converter-se em una plataforma de articulação política e comercial em projeção mundial com ênfase na região Asia-Pacífico. (ALIANÇA DO PACIFICO, 2012).

Portanto, o bloco econômico, como um conjunto, reconhece a mudança gradual do capital para os Mercados Asiáticos. Essa assertiva respalda dados amplamente difundidos sobre a crescente, continua preponderante participação asiática na economia mundial.

A mudança conjuntural, primeiro ponto da nossa análise, é a transferência de capital e meios de produção para a Ásia, com a ascensão chinesa e Indiana e a grande força de capital humano e produção de manufaturas na região. (ALIANÇA DO PACIFICO, 2012) Mais especificamente, quando verificamos a relação comercial da americana latina com estes mercados, percebemos que estas vêm crescendo nos últimos anos. Com intercambio médio anual de quatro bilhões em 2011, representando pouco mais de 20% das relações comerciais da América Latina, atrás apenas dos E.U.A, com 34% (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2013). Concomitantemente, os mercados da America Latina e da Ásia são complementares. (OBSERVATÓRIO AMERICA LATINA- ÁSIA PACÍFICO, 2013).

Sendo assim, quais as ferramentas e possíveis vantagens poderiam ter sido calculadas para a inserção destes membros específicos em tal acordo?

Primeiramente, ao analisarmos os Anexos II e III (Tabelas 3 e 4) percebemos a forte, mesmo que ainda não majoritária presença comercial asiática nos países membro. A figura abaixo demonstra a evolução das exportações entre America Latina e Ásia entre 1983- 2008.

Figura 4 - Taxas de crescimento das exportações- America Latina e Ásia.

	1983 - 2000	2001 - 2008	1983 - 2008
América Latina	8,3	12,1	9,5
Brasil	5,6	17,3	9,2
Argentina	7,4	13,0	9,2
Paraguai	7,4	22,4	12,0
Uruguai	4,7	12,6	7,2
Chile	9,6	18,1	12,2
Colômbia	8,9	14,0	10,5
Venezuela	4,6	14,8	7,8
Equador	4,7	18,3	8,8
Bolívia	3,5	21,6	8,9
Peru	7,3	20,8	11,4
México	11,5	7,3	10,2
Ásia	11,5	15,0	12,6
China	15,8	24,4	18,5
Taiwan	11,0	5,8	9,3
Hong Kong	3,0	-4,0	0,7
Cingapura	11,4	11,9	11,6
Coreia do Sul	12,2	11,9	12,1
Malásia	12,1	9,2	11,2
Indonésia	6,5	10,4	7,8
Filipinas	12,7	3,2	9,6
Tailândia	15,1	12,4	14,3
Índia	9,2	20,0	12,6

Fonte: NONNENBERG, Marcelo José, Exportações e inovação: uma análise para américa latina e sul-sudeste da Ásia. Revista de Economia política, 2013.

Países como Brasil e Argentina mantiveram um crescimento estável das exportações para a Ásia e pacífico, o mesmo pode ser observado com os países da AP, todos com crescimentos superiores a 10%.

Ao analisarmos os dados fornecidos pelo Boletim estatístico do Observatório América Latina e Ásia e Pacífico, em sua última versão (2013) através da figura 5 – *Fluxo comercial e porcentagem de crescimento do comércio América Latina e Ásia pacífico*, poderemos concluir que não só o Mercado Asiático já possui significativa participação antes da Aliança do Pacífico como ele cresceu de maneira substancial no período de conformação do acordo. Em exemplo, temos o crescimento dos fluxos comerciais entre Colômbia e região Ásia pacífico de 71.1%, além de um crescimento de todos os países do bloco no levantamento seguinte. Concomitantemente, podemos notar uma queda nos fluxos comerciais de países como Brasil e Argentina.

Figura 5 – Evolução do Comercio America Latina e região Ásia pacifico.

a) Ásia-Pacífico						
	Exportações			Importações		
	Jan-Dez 2011	Jan-Dez 2012	Crescimento	Jan-Dez 2011	Jan-Dez 2012	Crescimento
Argentina	16 681	14 493	-13.1	16 430	15 627	-4.9
Bolívia, Estado Plurinacional	1 322	1 136	-14.1	1 700	1 725	1.5
Brasil	77 621	75 917	-2.2	72 090	70 221	-2.6
Chile	37 833	37 817	0.0	20 096	21 391	6.4
Colômbia	2 517	4 307	71.1	10 848	12 507	15.3
Costa Rica	1 233	1 454	17.9	2 362	2 658	12.5
Equador	915	1 610	75.9	5 224	5 761	10.3
El Salvador	149	104	-30.5	1 378	1 466	6.4
Guatemala	417	275	-33.9	2 772	1 398	-49.6
Honduras	242	294	21.4	837	991	18.4
México	16 078	19 388	20.6	109 380	115 969	6.0
Nicarágua	120	120	-0.4	900	1 088	20.9
Paraguai	244	248	1.7	4 062	3 567	-12.2
Peru	12 326	13 466	9.2	11 967	13 079	9.3
Uruguai	831	1 144	37.7	2 196	2 427	10.5
Venezuela, Rep. Bol.	18 107	25 920	43.1	10 288	10 963	6.6
América Latina	186 637	197 693	5.9	272 530	280 836	3.0

Fonte: Boletim Estatístico, *Interamerican development bank* – IBD Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2013/12453pt.pdf>>. Boletim n.2. Observatório America Latina e Ásia Pacífico. 2012.

E ainda, em 2012- 2013.

Figura 6 – Evolução do Comercio America Latina e região Ásia pacifico.

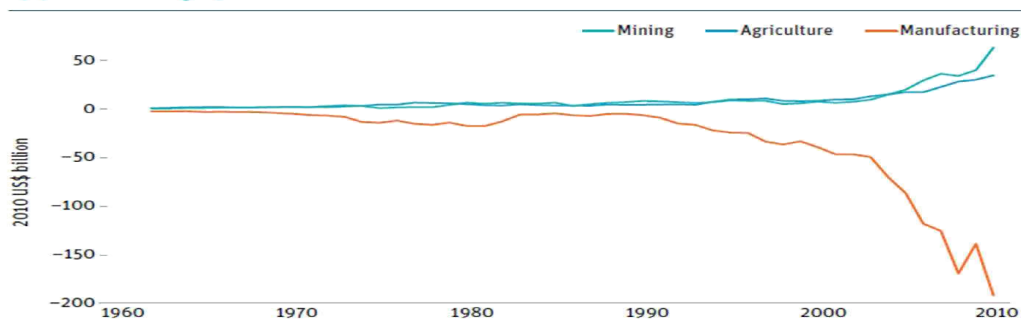
	Exportações			Importações		
	Jan-Jun 2012	Jan-Jun 2013	Variação	Jan-Jun 2012	Jan-Jun 2013	Variação
Argentina	6 920	7 947	14,8	6 765	8 140	20,3
Bolívia, Estado Plurinacional	570	629	10,3	760	909	19,6
Brasil	36 216	38 134	5,3	34 879	36 086	3,5
Chile	18 412	17 509	-4,9	9 949	10 957	10,1
Colômbia	2 181	3 194	46,4	5 892	6 093	3,4
Costa Rica	753,8	790,7	4,9	1221,5	1283,3	5,1
Equador	756	1 071	41,8	2 837	3 305	16,5
El Salvador	70	107	53,8	668	804	20,4
Guatemala	215	157	-26,9	1 398	724	-48,2
Honduras	172	144	-16,0	439	414	-5,6
México	8 808	10 105	14,7	55 442	58 109	4,8
Nicarágua	67	60	-9,8	507	521	2,8
Paraguai	151	240	59,2	1 614	1 929	19,5
Peru	6 522	5 721	-12,3	6 565	7 131	8,6
Uruguai	500	852	70,4	1 128	1 312	16,3
Venezuela, Bol. Rep.	14 926	15 433	3,4	6 091	4 748	-22,0
América Latina	97 239	102 094	5,0	136 156	142 466	4,6

Fonte: Boletim Estatístico, *Interamerican development bank* – IBD Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2013/12453pt.pdf>>. Boletim n.2. Observatório America Latina e Ásia Pacífico. 2013.

Fatores favoráveis ao comercio, tais como, crescimento constante, balança comercial superavitária, alto IED, exportação de minérios estratégicos e agricultura reafirmam o caráter complementar dos mercados em análise.

A necessidade da exportação de certos bens primários por parte dos mercados asiáticos e a alta produtividade de manufaturas promove compõem as relações comerciais das duas regiões e não tem mudado ao contrário apenas se intensificado a partir da década de 90. Podemos verificar esta relação na Figura 7.

Figura 7 – Fluxo Comercial entre a região Ásia pacífico e America Latina.
By product category, 1962–2010



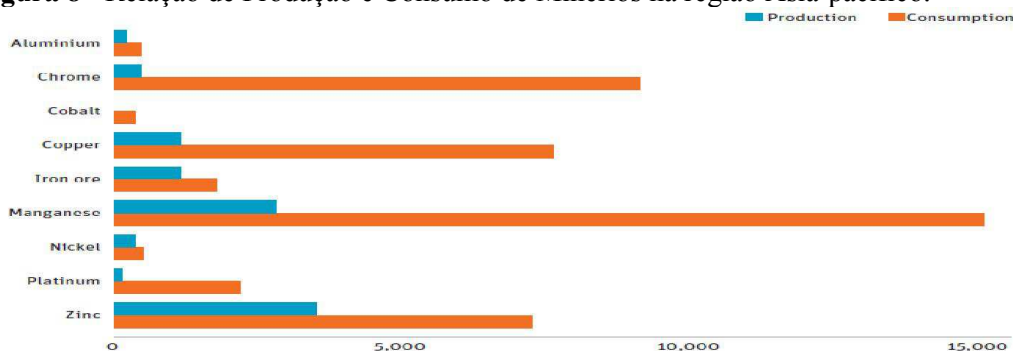
Source: UN COMTRADE.

Fonte: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Asiático de Desenvolvimento. *Shaping the future of Asia pacific and Latin America and Caribbean relationship*. 2013.

Em especial a completude de mercados entre os países membros pode ser verificada nos itens *Principais setores – Importações* e *Principais setores – Exportações*, no Anexo 2.

Uma das relações de complementaridade, em especial, que verifica vantagens competitivas é o caso dos Minérios estratégicos. Na Figura 8- *Relação de Produção e Consumo de Minérios na região Ásia-pacífico*, abaixo.

Figura 8 - Relação de Produção e Consumo de Minérios na região Ásia-pacífico.



Source: Huang (2011).

Note: Aluminium and iron ore in million tons and the rest in thousand tons.

Legenda: produção- Azul. Consumo- Laranja. Número indicado em toneladas.

Fonte: Banco Interamericano de desenvolvimento, IDBD, 2011. <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=36836575>>

É importante notar que tais minérios estratégicos tem baixa ou nula produção na Ásia Pacífico e alto consumo, pontuando a necessidade de importação. Segundo o próprio relatório do Banco Interamericano de desenvolvimento (BID).

Porém, não é só no âmbito estritamente comercial que estes países já possuem penetração asiática. No âmbito institucional outro fator a ser levado em consideração: Chile, Peru e México já são membros dos acordos de cooperação asiáticos *Asia-Pacific Economic Cooperation*, APEC, e do projeto *Trans-Pacific Partnership*, (TPP). O quadro abaixo

assinala os tratados com países da APEC comparando-os com os acordos fora do arcabouço Ásia pacífico.

Após a incorporação, em 2012, do Canadá e do México às negociações do Acordo *Trans-Pacific Partnership* (TTP), em julho de 2013 será incorporado formalmente o Japão nas negociações. Com isto, o número de participantes subirá para 12 (doze), incluindo os 3 (três) da região (Chile, México e Peru). A Costa Rica também expressou o seu interesse em fazer parte do tratado, por considerá-lo fundamental em sua estratégia de inserção nas cadeias de valor. As autoridades dos países participantes colocaram como objetivo a conclusão das negociações em outubro de 2013.

Figura 9 – Tratados de livre comercio comparados com a APEC.

	México	Chile	Perú	Colombia
Tratados de libre comercio con países APEC (en vigor)	4	11	7	3
Tratados de libre comercio con países APEC (en proceso)	1	2	2	2
Tratados de libre comercio con el resto del mundo (en vigor)	8	8	2	3
Tratados de libre comercio con el resto del mundo (en proceso)	0	1	4	1

Fonte: Desafíos Colombia e APEC, *Revista Eafit*, 2013.

Como podemos perceber, os acordos de livre comercio entre Chile, Peru e os membros da APEC são superiores aos equivalentes com o resto do mundo. México e Colômbia também possui quantidade significativa de acordos.

Além da própria APEC, outros países do eixo Ásia- Pacífico são alvos das negociações em pauta do bloco econômico. A figura 10 - *Acordos comerciais entre America Latina e região Ásia Pacífico*, demonstra a quantidade de acordos comerciais feitos entre Ásia e America Latina. Em destaque estão os países membros, com quantidade superior de acordos se comparados aos demais países da America Latina.

Figura 10 – Acordos comerciais entre America Latina e região Ásia Pacífico.

Países	Austrália	Brunei	Cambóia	China	República de Coreia	Filipinas	Região Administrativa Especial Chinesa de Hong Kong	Índia	Indonésia	Japão	Laos	Malásia	Mianmar	Novae Zelândia	Singapura	Taiilândia	Provincia Chinesa de Taiwan	Vietnã
Argentina								AAP										
Bolívia (E.P.)								AAP										
Brasil								AAP										
Chile	TLC	TLC		TLC	TLC		EN	AAP		AA		TLC		TLC	TLC	EN		TLC*
Colômbia				EE	TLC*					EN								
Costa Rica				TLC	EE										TLC			
Cuba																		
Equador																		
El Salvador					EE													TLC
Guatemala					EE													TLC
Honduras					EE													TLC
México	EN	EN								AA		EN		EN	EN			EN
Nicarágua																		TLC
Panamá					EE										TLC			TLC
Paraguai								AAP										
Peru	EN	EN		TLC	TLC					AA		EN		EN	TLC	TLC		EN
Rep. Dominicana																		
Uruguai								AAP										
Venezuela (R.B.)																		

Fonte: ALADI, CAF e CEPAL, sobre a base de informação da Organização dos Estados Americanos, Sistema de Informação do Comércio Exterior (SICE), e informação dos Ministérios de Comércio e Relações Exteriores dos países latino-americanos.

Legenda: destaque em laranja para os países membros da Aliança do Pacífico e Panamá e Costa Rica supracitados, candidatos a membro. Acordos: TLC: Tratados de Livre Comércio em vigor; AA: Acordos de Associação; EN: Em Negociação; AAP: Acordos de Alcance Parcial

Fonte: Boletim Estatístico, *Interamerican Development Bank* – IBD Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2013/12453pt.pdf>> Alterado pela autora.

Entre 2012 e maio de 2013, entraram em vigor os tratados de livre comércio entre o Chile e a Malásia, e entre o Peru e o Japão. Também foram assinados acordos entre o Chile e a Região Administrativa Especial chinesa de Hong-Kong e entre a Colômbia e a República da Coreia. (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2013).

Para além do nível de integração dos países membro da Aliança e os países do Anel Ásia Pacífico, o bloco busca outras resoluções que os auxiliariam na penetração do mercado asiático, ao mesmo tempo em que viabilizam uma melhoria nos setores que ainda necessitam auxílio através da cooperação, lembrando que estes, em sua grande maioria, buscam desenvolvimentos nos setores que propiciam ganho de vantagens competitivas no mercado Internacional, tal qual integração financeira, desenvolvimento tecnológico através de cooperação acadêmica e concomitantemente aumento da eficiência logística e otimização estrutural.

No que tange as questões geográficas, um acordo entre tais países, é extremamente favorável e politicamente coerente. A posição estratégica do Chile, que escoia toda sua produção via Oceano Pacífico; a estrutura de cooperação e relações estadunidense com a

Colômbia; o processo de adesão do Panamá ao bloco e a incorporação do Canal do Panamá²⁰ e por fim a própria estrutura institucional acordada entre os membros ilustra esta assertiva.

Os pontos centrais destas vantagens, respectivamente, correspondem ao ganho logístico²¹ da alternativa dos portos chilenos, e as vantagens competitivas do escoamento da sua produção via oceano pacífico; As bases americanas e por consequência influencia no território colombiano e incorporação das políticas neoliberais neste país; a eventual adesão do Panamá e as possibilidades do Canal para o aprimoramento estrutural do comércio da Aliança do Pacífico; e ainda a estrutura enxuta de conformação acelerada, características de regionalismo aberto, que conferem dinamismo a AP.

Como visto, fora instituído durante a declaração do Conselho Empresarial da Aliança do Pacífico (CEAP) a constituição de um observatório de custos Logísticos para aproveitamento estratégico do modal interno e suprimento das carências existentes, além dos estudos sobre possíveis cadeias produtivas, que serão exploradas mais a frente.

Os fatores pontuados acima não são as únicas vantagens que propiciam um forte entrelaçamento entre a Ásia e os membros da AP. Estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, sobre as futuras relações da Ásia e da América Latina, versa sobre uma possibilidade de ganhos efetivos através do Investimento Internacional Direto (IED)²², devido a complementaridade dos dois parceiros. (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2012).

Entretanto, estas relações ainda não são bem aproveitadas devido à complexidade destas transações e a necessidade de abertura de fluxos de investimentos e negociação com governos. *Tanto para Ásia quanto para a América latina, os investimentos necessitam de*

²⁰ Com uma extensão de aproximadamente 82 km, o canal do Panamá é uma estrutura que serve como ligação principal entre os oceanos Atlântico e Pacífico. Inaugurado em 1914, sua capacidade portuária e estrutura elaborada, tinha como objetivo ser o principal canal comercial das Américas. O canal tem uma grande importância no fluxo marítimo internacional, que hoje corresponde a 4% do comércio mundial, por ano passam pelo canal cerca de 10 mil navios. As principais trajetórias saem do litoral leste norte-americano com destino, principalmente, à costa oeste da América do Sul, há também fluxo de origem europeia para a costa oeste dos EUA e do Canadá. O canal já foi alvo de muitas disputas políticas. A independência panamenha ocorreu por desejos militares e econômicos estadunidenses em 1903. Retirado de TACK, Juan Antonio, El Canal de Panamá, tomo 16, Instituto Del Canal de la Universidade de Panamá, Editorial Universitária "Carlos Manuel Gasteazoro", Panamá, 1999.

²¹ Grandes partes das exportações de commodities agrícolas brasileiras saem dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O ganho logístico comparado deste escoamento via oceano pacífico através dos portos chilenos gera uma economia de mais de cinco mil quilômetros náuticos, ou 12 dias de viagem por mar. Em < <http://revistadinheirorural.terra.com.br/secao/agronegocios/uma-saida-pelo-pacifico> >

²² As duas regiões, leia-s Ásia e América latina estão em uma situação propícia para este tipo de atividade. Para América latina, abundando em recursos naturais e geográficos, com mercado interno crescente. Para a outra, um excedente de capital que necessita alocar seus investimentos em mercados diversificados. Disponível em Shaping the future of Asia and the Latin America relationship, Banco Interamericano de desenvolvimento. 2012.

desenvolvimento regulatório, infraestrutura e trabalho dos governos. (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2013, p.13).

Outra vantagem já fora conformada no processo de Integração, mas se iniciou anteriormente, o Mercado de valores conjunto, MILA²³. Em 2013, a bolsa de valores mexicana, se acercou ao processo que fora iniciado pelos outros membros. O início dos tramites legais para a junção da bolsa mexicana esta prevista para o primeiro semestre de 2014. O MILA se torna o maior mercado de valores da America latina em termos de companhias listadas (BUENO, 2013) e com isso também integra um dos fatores pelos quais podemos posicionar a Aliança, como projeto de Regionalismo Aberto.

Assim sendo, a junção das Bolsas de Valores e a abertura prevista pela aliança do pacifico são aliadas dessa corrente e podem se beneficiar de maneira exponencial com os esforços conjuntos de uma política comercial menos burocrática. Veremos a seguir algumas das resoluções de cunho econômico feitas até agora para otimização do comercio da AP.

Em sua primeira declaração, o Conselho Empresarial da Aliança do Pacifico (CEAP) conforma o desenvolvimento dos mercados internos a partir da iniciativa privada, respaldadas em estudos estratégicos e desenvolvimento tecnológico. Dentre outros aspectos²⁴, destaca-se um plano conjunto voltado para o mercado internacional, como apresenta o quadro abaixo:

²³ O Mercado Integrado Latino americano MILA é resultado do acordo firmado entre as Bolsas de Comercio de Chile, Colômbia e Peru. Desde 2009, se iniciaram os processos de criação de um mercado regional para a negociação de títulos entre os três países. Disponível em: <http://www.mercadomila.com> Acesso: 13 de fevereiro de 2014.

²⁴ Também serão desenvolvidos fora do âmbito de negociações da Aliança do pacifico, encontros e feiras comerciais para uma integração de micro e pequenas empresas além de planos conjuntos com a iniciativa privada e empresários dos países. Ver <<http://alianzapacifico.net/presidentes-se-reunen-con-el-consejo-empresarial-de-la-alianza-del-pacifico/>> Acesso: 23-02-2014.

Quadro 1: Síntese das resoluções do Conselho Empresarial da Aliança do Pacífico (CEAP).

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> a) Foro anual das agencias de promoção LAB4+²⁵ b) Criação de um centro de inovação e laboratório de empreendimento; c) Incentivos tributários harmônicos seriam estudados para facilitar o desenvolvimento do mercado interno; d) Criação de fundos públicos- privados (integração financeira); e) Compras públicas seriam efetuadas em conjunto, no âmbito Aliança do pacífico; f) Harmonização de Normas técnicas e regulamentação fitossanitárias previamente acordadas no âmbito da Organização pan-americana de Saúde (OPS)²⁶ ; g) Criação de uma janela única de Comercio exterior²⁷, a fim de facilitar as negociações com outros países e garantir a competitividade Internacional; h) Inicio do levantamento e posterior criação de cadeias produtivas no âmbito da aliança do pacífico; i) A constituição de um Observatório de custos logísticos que visa o estudo e implementação de estratégias que garantam integração comercial interna e capacidade competitiva internacional. |
|---|

Fonte: (ALIANÇA DO PACIFICO, 2014) Elaborado pela Autora.

Porém, certas vantagens competitivas, no que tange recursos estruturais, logísticos e naturais não são qualidades específicas dos países membros. Economias como o Brasil, possuem grande relevância nas transações comerciais com a região da Ásia e do pacífico (Organização Mundial do Comercio, 2012), principalmente quando se trata de suas exportações. No entanto, não fazem parte de tal iniciativa e tampouco, possuem acordos de livre comercio com a região.

A alternativa dos membros para esta conformação não se moldaria, única e exclusivamente por suas vantagens e oportunidades comerciais. Logo, para complementar este calculo decisório, é preciso se utilizar da perspectiva ‘cultural’.

A escolha racional exposta acima, responde aos dilemas econômicos visíveis, e são objetivos declarados pela Aliança, mas a preponderância estratégica da iniciativa, que retém atualmente, 25 membros observadores de todo o globo, inclusive Estados Unidos, são fatores que entram no calculo institucionalista e moldam seus desdobramentos.

Para além da qualidade de observador os Estados Unidos possuem relações profundas com os membros da Aliança do Pacífico. Ao analisarmos os itens da tabela 3 (Anexo II), percebemos a forte dependência econômica, que os Membros possuem com os EUA No item *Destino das Importações*, o país lidera e ainda apresenta números significativos, como é no

²⁵ A LAB4+, já havia iniciado seus trabalhos no Chile e na Colômbia, antes da declaração oficial do conselho empresarial. Encontros como estes, visariam, segundo planejamento do acordo marco p.3, o desenvolvimento conjunto do setor privado.

²⁶ A Organização pan-americana de Saúde regula seus níveis de certificação de acordo com um ranking, para a harmonização, os países da Aliança devem obter nível IV. Apenas o peru e o Chile estão em processo de Harmonização.

²⁷ A janela única de comercio exterior ou *Ventana única de Comercio Exterior* (VUCA) corresponde a um projeto que harmonize uma cadeia produtiva para saída de produtos da aliança do pacífico.

caso do México e da Colômbia, respectivamente 40 e 26% do total exportado. Na mesma tabela, também percebemos uma interdependência estadunidense.

Outra convergência, encontrada na tabela 3 (Anexo III), é a existência de não só acordo institucional dos EUA com o México, mas também tratados de livre comércio dos EUA, com todos os outros países membro da Aliança do Pacífico. Estas informações contribuem para desenharmos as características da estratégia da política externa dos países em questão, evidenciando essa aproximação, em primeira instância econômica, com os EUA.

Não obstante, a aproximação com os Estados Unidos não se restringe somente aos acordos comerciais. Devido ao plano Colômbia²⁸ e sua extensão, no Peru, existe uma forte presença estadunidense desde 1999 em virtude da cooperação, inevitavelmente, tais auxílios influenciam e gera dependência entre estes países (HENDLER, 2013). Essa dependência e intervenção necessária pesam nas políticas e desenha o que podemos apontar como uma das perspectivas “culturais”, que levam estes países a se posicionarem em suas decisões no âmbito institucional, com Relação a isto, Philippe Brenner:

Washington opta por uma nova visão regional, conduzida por uma agenda comercial orientada para a Ásia e o Pacífico (...). Segundo essa abordagem, os Estados Unidos vão, tendo como base os acordos bilaterais comerciais existentes com o México, Colômbia, Peru e Chile, concentrar sua agenda regional em uma versão renovada do projeto neoliberal que, desde os anos Clinton, vinha sendo frustrada pela resistência sul-americana. (BRENNER, 2014, p. 25.)

Demonstrou-se como estes países chegaram a esta decisão e como esta, molda sua estrutura institucional e se adequou aos anseios de seus membros. Assim sendo, investigaremos quais características dos membros como um grupo ou da própria conjuntura política latino americana podem conferir caráter estratégico a AP.

²⁸ O Plano Colômbia, criado em 1999, consistia de uma iniciativa de cooperação a fim de estabilizar aspectos sociais e econômicos após o conflito armado, além disso, pretendia buscar alternativas para o combate ao narcotráfico no país. O orçamento inicial contava com a ajuda internacional de 35% do valor do plano. Com isso, Colômbia passa a ser o terceiro país que mais capta recursos e cooperação dos EUA. Mesmo desativado por Condoleezza Rice, a presença estadunidense na Colômbia ainda é justificada pela guerra contra as drogas. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CNO_ARQ_NOTIC20050705150313.pdf?PHPSESSID=5b7302a8fefdcaef426e296dc1316381> Acesso:23-09-2013.

2.2 Regionalismo Aberto e uma alternativa estratégica para a América do Sul

As vantagens competitivas apresentadas acima, no que tange recursos estruturais, logísticos e naturais não são qualidades específicas dos países membros. Economias como o Brasil, possuem grande relevância nas transações comerciais com a região da Ásia e do pacífico principalmente quando se trata de suas exportações. No entanto, não fazem parte de tal iniciativa e tampouco, possuem acordos de livre comércio com a região.

José Briceño Ruiz aponta o caso da Aliança como terceiro eixo central dos processos de Integração Latino Americanos. Eles seriam contrapostos a propostas apresentadas pela ALBA e MERCOSUL. Suas características, seriam centradas na penetração de mercados e otimização de uma estrutura para tal. (RUIZ, 2014)

E exatamente, por não seguir as correntes preponderantes do sul, que sua conformação é estratégica.

Se analisarmos as opções de políticas integracionistas na América latina, em especial seus maiores países, Brasil e Argentina, observa-se uma tendência. Segundo livro dedicado ao estudo do processo de Integração da Aliança, Veiga em tradução livre:

[...] Essa diferença de opções é normal em regimes democráticos. O problema é que a agenda política contaminou a econômica na região, e por consequência a agenda de Integração. É dizer, se via não como uma opção e sim como única opção. Se demonizou as demais iniciativas em termos político econômicos. (VEIGA, 2014)

Esta contaminação, dita por Veiga explora a capacidade das políticas e tendências de determinados governos de atrelamento de correntes políticas dominantes.

A relação entre políticas regionais e a dubiedade de iniciativas de integração regional na América Latina, o que se transcreve em diferentes propostas políticas. E ainda, como argumenta Soares *a Aliança tem um claro sentido geopolítico enquanto alternativa ao regionalismo pós-liberal*. (SOARES, 2012, p.19).

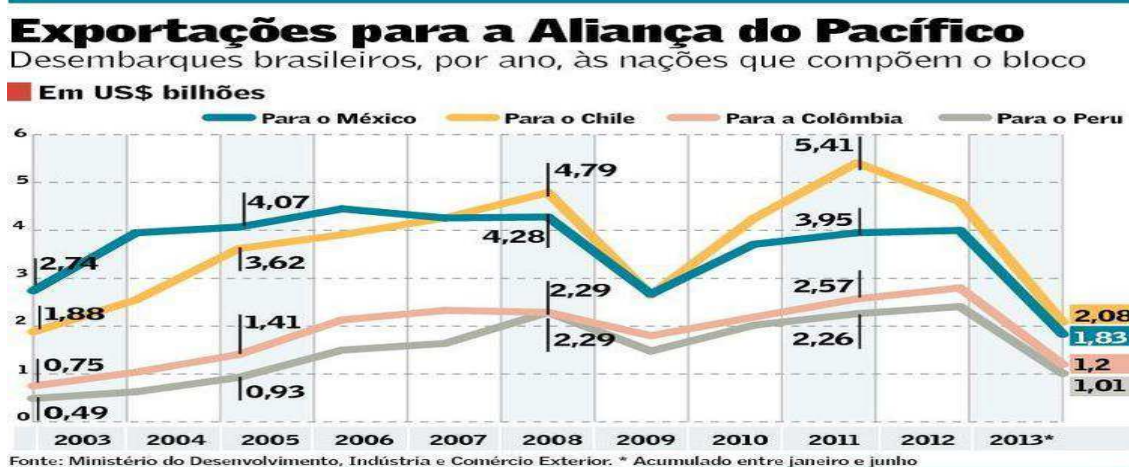
Estes dois projetos, apresentam perspectivas diferentes, e assim vem contestar certos aspectos do cenário político sul americano, o que se transcreve também na liderança brasileira na região.

Certamente, a constituição da Aliança do Pacífico dá mais corpo ao grupo de países que enfatizam as soluções de mercado, a liberalização comercial e a integração às cadeias produtivas globais, com políticas externas mais

convergentes com os Estados Unidos e favoráveis ao status quo da governança global. (Soares, 2012, p.19).

Além disso, alguns fatores devem ser levados em consideração sobre a liderança brasileira na América do Sul. As exportações caíram de maneira significativa com todos os membros. Como mostra a figura 11 - *Exportação do Brasil para os países membros da Aliança do Pacífico*, a partir de 2011, houve queda nestas transações, que não haviam experimentado números tão baixos, desde a crise de 2008.

Figura 11 – Exportação do Brasil para os países membros da Aliança do Pacífico.



Fonte: *Jornal Valor econômico*, Outubro de 2013.

Em termos políticos, podemos destacar Uruguai e Paraguai, membros do MERCOSUL, como observadores da Aliança do Pacífico e estudam a proposta de aproximação com grupo.²⁹

Se o elemento principal capaz de impulsionar efetivamente algum tipo de mudança na tradição protecionista brasileira é uma mudança no cenário internacional (VEIGA, 2014). A teoria institucionalista aponta a capacidade das instituições de criar padrões e modificar cenários, a AP, enquanto instituição internacional busca através da abertura em conjunto uma alternativa de posicionamento, diferente das atuais da América Latina. (Ruiz, 2014).

²⁹ O Uruguai se tornou observador na V cúpula e o Paraguai somente da VII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo uma nova conjuntura comercial e econômica mundial, os membros da Aliança do Pacífico (AP) buscaram, através de sua criação, uma resposta institucional para a América Latina. Esta resposta, consiste na criação de um bloco econômico com viés pró-mercado – modelo integracionista diferente dos demais presentes na Região – e ações de liberalização comercial e penetração conjunta no sistema internacional. A AP como podemos perceber, é um processo pautado na temática da abertura comercial através de uma iniciativa regional. Abertura essa, feita nos moldes do regionalismo aberto, da CEPAL.

Além disso, a estrutura do bloco propicia esta penetração e tem capacidade de modificar as relações de poder na região, devido: Sua abundância em recursos naturais (principalmente minérios estratégicos); a velocidade de conformação com baixa burocracia; a junção de suas bolsas de valores e a desburocratização da entrada de fluxos de capital internacional para o investimento nestes países IED - isso poderia desviar os fluxos existentes para outras regiões devido às vantagens comparativas de um mercado mais aberto e estruturalmente capacitados a execução de projetos diversificados para o recebimento destes investimentos; a possibilidade da criação de cadeias de produção dentro da Aliança, com o auxílio do Banco Interamericano de desenvolvimento; a livre circulação de pessoas a cooperação intelectual.

Além de tornar os mercados internos mais dinâmicos, estes países têm grandes condições de adquirir enormes vantagens em economias de escala e aprimoramento logístico com a parceria. E ainda, por consequência uma diminuição das relações comerciais com os demais países da América Latina devido à aproximação eficiente com a região da Ásia e do Pacífico, como já vem ocorrendo. Estas características estruturais e as decisões institucionais e parcerias do público privado, caracterizam o conceito de novo regionalismo aberto, enquadrando o bloco econômico a esta categoria.

Em termos geopolíticos, o posicionamento estratégico dos países membros e a repercussão da dinâmica do acordo ganharam espaço na América Latina e atraíram observadores como Uruguai e Paraguai, que fazem parte do MERCOSUL. E ainda, registrou-se queda tanto das relações AP – Brasil, quanto das transações entre Brasil e região Ásia Pacífico.

Assim sendo, o bloco pode ser caracterizado como regionalismo aberto, devido a sua estrutura e ênfase pró-mercado, aliada ao desenvolvimento conjunto. Concomitantemente,

constata-se que possui capacidade de influencia geopolítica, pois se configura como alternativa para as tendências Integracionistas da Região.

A trajetória política e comercial da America Latina sofreu diversas mudanças ao longo das últimas décadas e muitos foram os esforços para um desenvolvimento comercial que não compromettesse o bem-estar e a estabilidade dos governos e da população, a Aliança do Pacífico reaviva a proposta liberal de abertura dos mercados com roupagem menos burocrática e alto planejamento estratégico, a fim de em conjunto se tornar um competidor eficiente no Mercado Internacional, não obstante o sucesso desta iniciativa acarretará em mudanças significativas no cenário geopolítico da America Latina.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGNEW, John. **Geopolitics re-visioning World politics**, Londres, Reino Unido, Routledge. 1998.

ALIANÇA DO PACIFICO, Documentos **Cúpula de Lima**, 2011. Disponível em: <http://alianzapacifico.net/documents/AP_Declaracion_Lima_I_Cumbre.pdf>

ALIANÇA DO PACIFICO Documentos, **Cúpula de Mérida**, 2011. Disponível em: <<http://alianzapacifico.net/documents/cali.pdf>> Dezembro, 2013.

ALIANÇA DO PACIFICO, Documentos oficiais, **Declaração do Panamá**, 2012. Disponível em: <<http://alianzapacifico.net/documents/cupulapanama.pdf>> > Dezembro, 2013.

ALIANÇA DO PACIFICO, Documentos oficiais, **Declaração de Cadiz**, 2012. Disponível em: <<http://alianzapacifico.net/documents/cupula.merida.pdf>> Acesso em Dezembro, 2013.

ALIANÇA DO PACIFICO, Documentos oficiais, **cúpula de Antofagasta**. 2012³ Disponível em: http://alianzapacifico.net/documents/AP_Declaracion_antofagasta.pdf > Acesso em Dezembro, 2013.

ALIANÇA DO PACIFICO, **Cúpula de Cali**, 2013. Disponível em: <<http://alianzapacifico.net/documents/cupula.calipdf>>, Acesso em Fevereiro de 2013.

ALIANÇA DO PACIFICO, **Cúpula de Cartagena**, 2014. Disponível em: <<http://alianzapacifico.net/documents/cupula.cartagenapdf>> Acesso em fevereiro, 2014.

ALIANÇA DO PACIFICO, Documentos, **Declaração de Costa Rica** 2013. Disponível em: <http://alianzapacifico.net/documents/2014/declaracion_costa_rica.pdf> Acesso em Dezembro, 2013.

ALIANÇA DO PACIFICO, Documentos, **Protocolo adicional** 2014². Disponível em: <<http://alianzapacifico.net/documents/2014/protocolo.adicional.pdf>> Acesso em Dezembro, 2013.

APEX BRASIL, **Dados estatísticos Perfil País - Chile**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília DF. APEX-BRASIL, 2010. Disponível em: <<http://apexbrasil.com/perfilpais/chile>> Acesso em: 22 de março de 2013.

APEX BRASIL, **Dados estatísticos Perfil País - Colombia**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília DF. APEX-BRASIL, 2010. Disponível em: <<http://apexbrasil.com/perfilpais/colombia>> Acesso em: 22 de março de 2013.

APEX BRASIL, **Dados estatísticos Perfil País - México**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília DF. APEX-BRASIL, 2010. Disponível em: <<http://apexbrasil.com/perfilpais/mexico>> Acesso em: 22 de março de 2013.

APEX BRASIL, **Dados estatísticos Perfil País - Peru**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Brasília DF. APEX-BRASIL, 2010. Disponível em: <<http://apexbrasil.com/perfilpais/peru>> Acesso em: 22 de março de 2013.

BALASSA, B. **Teoria da integração econômica**. Lisboa: Livraria Clássica.1973.

BALDWIN, D.A. **Neorealism and Neoliberalism – the Contemporary Debate** , 1993.

BRAGA, Marcio Bobik. **Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL**. ANAPEC , São Paulo. 2001.

BANCO MUNDIAL. Panorama econômico México – Disponível em <http://datatopics.worldbank.org/consumption/country/Mexico>> Acesso: 23-06-2014.

BANCO MUNDIAL. Panorama econômico Chile – Disponível em <http://datatopics.worldbank.org/consumption/country/Chile>> Acesso: 23-06-2014.

BANCO MUNDIAL. Panorama econômico Peru – Disponível em <http://datatopics.worldbank.org/consumption/country/Peru>> Acesso: 23-06-2014.

BANCO MUNDIAL. Panorama econômico Colômbia – Disponível em <http://datatopics.worldbank.org/consumption/country/Colombia>> Acesso: 23-06-2014.

BANCO MUNDIAL. Indicadores de crescimento econômico. Disponível em: < <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG> > Acesso: 24-06-2014.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, BANCO ASIÁTICO DE DESENVOLVIMENTO. **Shaping the future of Asia Pacific and Latin America and Caribbean relationship**. Adib Washington DC. 2011.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, A common platform for South-South development cooperation between Asia-Pacific and Latin America and the Caribbean, interamerican development bank. Santiago, Chile. 2012

BIELSCHOWSKY, R. **Evolución de las ideas de la CEPAL**. *Revista de La Cepal*. Santiago do Chile, n. especial, 1998.

BRENNER, Philip. **Washington e a ordem hemisférica: explicações para a continuidade em meio à mudança**. Parte I- estratégias e potencialidades de alguns países para as organizações regionais. Lua Nova no.90 São Paulo, 2013.

COHEN, Sal. **Geografía y política em um Mundo dividido**, *Ejercito Mexico*, 1980, cap. 01.

CARDEIRA, Pablo de Camargo. **OMC e Integração regional. Espaço acadêmico FVG**. Disponível em: http://academico.direito-rio.fgv.br/wiki/OMC_e_Integra%C3%A7%C3%A3o_Regional Acesso em: 23-06-2014.

DATHEIN, Ricardo. **MERCOSUL: antecedentes, origem e desempenho recente**. Porto Alegre: Departamento de Ciências Econômicas / UFRGS, 2004.

HENDLER, Bruno, **A Aliança do Pacífico e os rumos da América Latina: desafios de integração, relações especiais com os Estados Unidos e aproximação com a Ásia**, *Mundorama*, 2013.

HALL, Peter A. & Taylor, Rosemary C. R. (2003) “**As Três versões do neo-institucionalismo.**” *Lua Nova*, vol 58.

KEOHANE, Robert O. and Nye, Joseph. **Power and Interdependence**. Nova York, Estados Unidos, Editora Longman., 2001.

MARIANO, Marcelo. **A estrutura Institucional do MERCOSUL**, *Aduaneiras*, São Paulo, 2000. P 39.

MARTINS, Raul François em Geopolítica e geoestratégia, o que são e para que servem, *repositorium comum*, 2010.

MERCADO MILA, **Apresentação Institucional**, site oficial. Disponível em <http://www.mercadomila.com/> Acesso Dezembro, 2013.

NONNENBERG, Marcelo José, **Exportações e inovação: uma análise para América Latina e sul-sudeste da Ásia**. Revista de Economia política, 2013.

OLIVEIRA, Alessandra Cavalcante de. **Do velho ao novo regionalismo; evolução políticas conjuntas para o desenvolvimento planejado da América Latina**. CEPAL- Coleção documentos de projetos. Nações Unidas- Santiago do Chile. 2014.

OBSERVATÓRIO AMÉRICA LATINA E ÁSIA, **Boletim Estatístico**, Interamerican development bank – IBD. Boletim 02. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2013/12453pt.pdf>> acesso em: 22 de fevereiro de 2014.

OBSERVATÓRIO AMÉRICA LATINA E ÁSIA, **Boletim Estatístico**, Interamerican development bank – IBD. Boletim 03. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2013/12453pt.pdf>> acesso em: 22 de fevereiro de 2014.

PÉREZ, Adrian Roldán. **Desafíos de Colombia en APEC**, *Revista Mundo Asia Pacifico*, *Universidad Eafit*, 2011.

PRAZERES, Tatiana Lacerda. **Sistema multilateral de comércio e integração regional**. Universidade de Brasília, 2007.

POPOV, Daniel. **Uma saída pelo pacífico**, Revista Dinheiro Rural- Seção Agronegócio, 2012. Disponível em: <<http://revistadinheiro rural.terra.com.br/secao/agronegocios/uma-saida-pelo-pacifico>> Acesso em: Dezembro de 2013.

RUIZ, José Briceño, **Regional dynamics and external influences in the discussions about the model of economic integration in Latin America**, *EUI Working papers RSCAS*, 2014.

RIBEIRO, Marcelo. **Com avanço da Aliança do Pacífico, MERCOSUL naufraga**. Jornal Valor. Valor econômico. São Paulo, 2012. Disponível em:

<http://brasileconomico.ig.com.br/ultimas-noticias/com-avanco-da-alianca-do-pacifico-mercosul-naufraga_132382.html > Acesso em: 22 de fevereiro de 2013.

SARAFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. Editora Saraiva, São Paulo. 2007.

SETTI, Ricardo. **México, Colômbia, Peru e Chile mostram ao Brasil o que deveria ser feito em vez de permanecer atolado no Mercosul**. *Revista Veja*. e *The economist*. 2012.

SCHAFER, Armin. **Resolving Deadlock: Why International Organisations Introduce Soft Law**. *European Law Journal*. 2008.

SERVIÇO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA (SEBRAE), **exportar e importar. 2014**. Documentação Estatística, Governo Federal, São Paulo 2013. Disponível: <http://www.sebrae.com.br/customizado/negocios-internacionais/exportar-e-importar/estatisticas>

SILVA, Fabrício pereira. **Até Onde vai a Onda Rosa**, *Análise de conjuntura OPSA*, 2010.

SOARES, Maria Regina de Lima. **A nova agenda Sul Americana e o papel regional do Brasil**. Pensamento Cries.org. 2012. Disponível em: < <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2014/06/011-Soares.pdf> > Acesso: 24-02-2012.

THIBIERGE, Catherine. *Le droit souple: réflexion sur les textures du droit*. *RTD Civ.*, 2003

TACK, Juan Antonio, **El Canal de Panamá**, Instituto del Canal de la Universidad de Panamá, Editora Universitaria "Carlos Manuel Gasteazoro", Panamá, 1999.

VALENCIA, A. Rocha, **Neopanamericanismo y neobolivarismo a fines de siglo**, Mexico, Editora Universidad de Guadalajara, 2002.

VEIGA, Pedro de Motta. **Brasil frente a La integración regional y la Alianza del Pacífico**. Alianza del Pacífico: en el proceso de integración latinoamericana, Corporación de estudios para Latinoamérica CIEPLAN. Santiago, Chile, 2014.

ANEXOS

Anexo I - Desenho Geral dos Membros da Aliança do pacífico.

<i>População*</i>	<i>PIB*</i>	<i>IED*</i>	<i>Exportações*</i>	<i>Importações*</i>
Chile: 16.572.475	268milhões**	28mil**	78.277milhões**	.855milhões**
Peru: 29.849.303	199milhões**	12 milhões	50.769milhões**	48.501milhões**
México 112. 336.5	31.3bilhões**	12milhões**	370.9milhões**	370.7milhões**
Colômbia 47.121	365milhões**	15.823milhões**	60.66milhões**	58.632milhões**

Legenda: * Dados de 2013. **Valor em USD.

Fonte: ALIANÇA DO PACIFICO, Documentos, informações sobre os membros, 2013.
Disponível em: [HTTP://alianzapacifico.net/membros](http://alianzapacifico.net/membros) > Acesso em: Maio de 2013.

Anexo II - Dados Macro Econômicos dos Membros da Aliança do Pacífico.

País	Destino das Exportações 2011	Principais setores – Exportações* - 2011	Destino das Importações 2011	Principais setores – Importações* - 2011	Colocação Doing Business** 2013
CHILE	China – 10,40% E.U.A – 14,8% Japão – 12% Coréia 5,8%	-Metalurgia -Extração de Metais - Lavouras permanentes	E.U.A – 15,1% China- 8,3% Argentina- 18,5%	Extração e Fabricação de petróleo e derivados -Maquinas e aparelhos receptores -Caminhões e ônibus.	37
COLOMBIA	E.U.A- 40 % Países Baixos- 4.4% Chile- 3.9%	-Extração de petróleo -Extração de carvão mineral -Lavouras permanentes -Horticultura	E.U.A – 24,9% China – 15% México – 11% Brasil – 5,01%	Fabricação de derivados de petróleo Peças de veículos aeronaves - Siderúrgica -Farmacêutico -Eletrônicos -Caminhões Ônibus	45
MÉXICO	E.U.A- 80% Canadá- 3,4%	-Extração de petróleo e gás natural Processamento de derivados de petróleo -Fabricação de automóveis -Aparelhos receptores de áudio e T.V	E.U.A- 48,25% China – 15% Japão – 4,9% Coréia- 4,22%	Derivados do petróleo - peças para veículos -Material eletrônico básico	48
PERU	E.U.A – 26,3% China- 7,7%	Metalurgia Extração mineral Derivados de petróleo Carne e pescado.	E.U.A- 18,53% China -13% Brasil- 8,0% Equador- 5,9%	Extração de petróleo e gás natural -Siderúrgica - Caminhões e Onibus	43

*CNE 3 Dígitos 2011, relatório APEX Brasil

** Reporte Anual - *Doing Business*, 2013

Fonte: Elaborado pela autora.

Estudos Colômbia, Chile, Peru, México, *APEX Brasil*, 2012. Disponível em:

< <http://www2.apexbrasil.com.br/exportar-produtos-brasileiros/inteligencia-de-mercado/estudos-sobre-paises> >

Acesso em: 12 de dezembro de 2013.

BANCO INTERNACIONAL RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BANCO MUNDIAL. Reporte anual *DoingBusiness.org*, 2013. Disponível em:

<<http://www.doingbusiness.org/~media/GIAWB/Doing%20Business/Documents/Annual-Reports/English/DB13-full-report.pdf>> Acesso em: 30 março de 2013.

Anexo III – Acordos e participação multilateral dos membros da Aliança do pacífico. 2012-2013.

País	Principais Acordos Multilaterais	Principais Acordos Bilaterais	Acordos Anteriores com os Membros
CHILE	OMC- <i>Organização Mundial do Comercio.</i> , APEC- <i>foro de cooperação econômica Asia pacífico.</i> TPP <i>TransPacific Partnership</i> CAN <i>comunidade andina das nações</i> ALADI- Associação latino America de Integração.	TLC** Estados Unidos da América. TLC** - Austrália, Canadá, Costa Rica, El Salvador, Japão.	TLC** Colombia e México. Colombia e México ****
COLOMBIA	CAN ALADI OMC TPP	TLC** Estados Unidos da América. Caricom, MERCOSUL, MCCA *** Cuba, Panamá ****	Chile e México **** TLC** Chile
MÉXICO	OMC . ALADI NAFTA- Area de Livre Comercio America do Norte MERCOSUL- Associado. APEC e TPP.	TLC** Japão, Uruguai, Bolívia, Canadá, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Israel, U.E, Brasil, Cuba MERCOSUL *** PPP- Plano Pueblo Panama	Colombia, Chile e Peru****
PERU	OMC, CAN, ALADI APEC, TPP	TLC** Estados Unidos da América. Acordo de investimentos com China. MERCOSUL ***	TLC** Chile Colombia****

Tratado de Livre Comercio * Membro Associado ****Acordos no âmbito ALADI

Fonte: Elaborado pela autora.

Dados Relatório Comercial Apex, *Apex Brasil*, 2012 em

<<http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo>.>